

REVISTA AIDIS

de Ingeniería y Ciencias Ambientales:
Investigación, desarrollo y práctica.

POR QUE EMPRESAS PARTICIPAM DE INICIATIVAS EMPRESARIAIS EM CLIMA NO BRASIL?

*André Luis Rocha de Souza¹
Sônia Maria da Silva Gomes²
José Célio Silveira Andrade³
Teresa Cristina Pereira Eugénio⁴

WHY DO COMPANIES PARTICIPATE IN CORPORATE CLIMATE INITIATIVES IN BRAZIL?

Recibido el 14 de octubre de 2016; Aceptado el 1 de febrero de 2018

Abstract

The aim of this study is to investigate the main reasons, from managers' point of view, for a company to participate in the Corporate Climate Initiatives (CCI) in Brazil. To do so, we carried out a descriptive research that aimed to observe phenomena such as they occur in their natural context for further analysis, providing an insight into the problem investigated. The subjects of this study were organizations of the Carbon Efficient Index (CEI2) of B3 S.A. (Brasil, Bolsa, Balcão), as well as organizations of CDP (Carbon Disclosure Project) and of the Brazilian GHG Protocol Programme. From the 29 companies identified, only 14 managers of the sustainability field chose to participate. The primary data was obtained from interviews with managers representing the companies, through a semi-structured questionnaire. From the respondents' answers, it can be concluded that the two main initiatives adopted by companies to tackle climate change were CDP and the Corporate Sustainability Index. These initiatives are regarded, respectively, as a management and disclosure instrument on climate change, able to bring about changes and reflections in the internal corporate processes. Concerning CEI2, all companies reported that it did not bring about changes and/or internal reflections.

Keywords: corporate climate initiatives, climat change, legitimacy theory, Brazil.

Departamento de Ciências Sociais Aplicadas, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia – IFBA, Brasil

² Faculdade de Ciências Contábeis, Universidade Federal da Bahia – UFBA, Brasil.

³ Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia – UFBA, Brasil.

⁴ Escola Superior de Tecnologia e Gestão, Instituto Politécnico de Leiria – IPL, Portugal.

* *Autor correspondal:* Departamento de Ciências Sociais Aplicadas, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia, IFBA. Rua Emídio dos Santos, s/n, Pavilhão P, Bairro: Barbalho, IFBA. Salvador, Bahia. Código Postal: 40.210-630. Brasil.
Email: andresouza@ifba.edu.br; andre_financas@yahoo.com.br

**Editora invitada: Dra. Leonor Patricia Güereca Hernández, Instituto de Ingeniería, UNAM

Resumo

A presente pesquisa teve por objetivo geral investigar as razões determinantes, do ponto de vista do gestor, para uma empresa participar de Iniciativas Empresariais em Clima (IECs) no Brasil. Realizou-se uma pesquisa de natureza descritiva, que visou observar os fenômenos tal como se produzem em seu contexto natural para a posterior análise, proporcionando uma visão sobre o problema investigado. Escolheu-se as organizações participantes, simultaneamente, do Índice Carbono Eficiente (ICO2) da Brasil, Bolsa, Balcão (B3 S.A.), do *Carbon Disclosure Project (CDP)* e do Programa Brasileiro *GHG Protocol*. Dessa forma, foram identificadas 29 empresas, porém apenas 14 gestores de área de sustentabilidade se dispuseram a participar da pesquisa. Os dados primários foram obtidos por meio de entrevistas com gestores das empresas, através de questionários semiestruturados. A partir das falas dos entrevistados é possível concluir que as duas principais Iniciativas para enfrentamento das mudanças climáticas destacada pelas empresas foram o *CDP* e o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), considerados pelas empresas, respectivamente, como um instrumento de gestão e de *disclosure* sobre as mudanças climáticas, capaz de provocar mudanças e reflexões nos processos internos corporativos. Já em relação ao ICO2, todas as empresas, de forma unânime, relataram que o mesmo não provocou mudanças e/ou reflexões internas.

Palavras chave: iniciativas empresariais em clima, mudanças climáticas, teoria da legitimidade, Brasil.

Introdução

Devido a fatores de riscos trazidos pelas ações antrópicas, cujos especialistas afirmam com uma certeza de 95%, que são as responsáveis pelas alterações climáticas, conforme apontou o relatório do *Intergovernmental Panel on Climate Change (IPCC)*, de 2013, vem surgindo uma discussão crescente sobre a importância de as empresas adotarem estratégias para enfrentamento às mudanças climáticas. Essa perspectiva está associada tanto aos riscos econômicos, riscos financeiros, riscos físicos e riscos reputacionais quanto às oportunidades trazidas pelo fenômeno. Segundo Labatt e White (2007), Hoffman e Wood (2008a; 2008b) e Abranches (2010) os riscos trazem ameaças para as organizações, devido aos impactos no retorno de seus investimentos, nas suas operações, além de afetar o valor agregado para os acionistas e gerar altos custos sociais. Não obstante, esse fenômeno gera oportunidades relacionadas, que por meio do desenvolvimento de novas tecnologias e inovações de produtos e processos poderão trazer soluções para os problemas.

Para Pinkse e Kolk (2009), Giddens (2010) e Nachmany et al., (2015) há uma tendência internacional de leis restritivas de emissões de carbono, além de ser uma questão de tempo para que no médio e longo prazo isso venha a acontecer nos países emergentes e em desenvolvimento.

Diante dos riscos iminentes trazidos pelo fenômeno das mudanças climáticas, observam-se que os mercados e os governos têm se mobilizado com o objetivo induzir nas empresas a criação de iniciativas que contribuam para a redução das suas emissões de GEE, bem como, que induzam a adoção de práticas de sustentabilidade que melhorem processos, atividades e contribuam para a inovação. No âmbito das ações e acordos globais em torno da governança climática, destacar-se,

o acordo de Paris, assinado em 2015, na 21ª Conferência das Partes (COPs), na França, que fixou como meta para os países membros a manutenção da temperatura global abaixo de 2°C e estabeleceu, dentre outros compromissos, a constituição de um fundo global, com contribuições anuais até 2025, dos países membros, no montante de 100 bilhões de dólares, com o objetivo de financiar o enfrentamento das mudanças climáticas e cumprimento das metas. Já em 2016, na COP 22, em Marraquexe, as discussões avançaram acerca da descentralização da governança climática, cuja pauta versou, dentre outras temáticas, sobre as estratégias para implementar os compromissos e metas assumidas na COP 21, conhecidas como *Nationally determined contributions (NDCs)* (CEBDS, 2018b).

Nesse contexto e fruto de uma preocupação global em torno da problemática climática, ao longo dos anos, vem surgindo um conjunto de Iniciativas Empresariais em Clima (IECs). As IECs são conformadas por um conjunto de empresas e instituições que discutem estratégias para enfrentamento da problemática climática, bem como, o alinhamento de ações com foco na transição para uma economia de baixo carbono, crescimento econômico sustentável e mecanismo de cooperação entre as organizações. Ademais, constitui-se, também, como uma estratégia de coalização para as corporações na medida em que buscam influenciar na formulação de políticas públicas, reduzir os riscos regulatórios e construir uma agenda de debate e de indução de iniciativas de inovação e desenvolvimento de tecnologias mais limpas, além de canalizar recursos em torno das ações (CEBDS, 2018a; SOUZA, 2016).

De acordo com Souza e Andrade (2017), dentre as principais instituições que compõem as IECs, em âmbito internacional, com papéis fundamentais no enfrentamento das mudanças climáticas, estão: A *Coalition for Environmentally Responsible Economies (CERES)*; o *World Resources Institute (WRI)*; o *Business Council for Sustainable Development (WBCSD)*; o *Global Compact*; e o *Carbon Disclosure Project (CDP)*, cujo nome foi modificado para *Driving Sustainable Economies*; o *Global Reporting Initiative (GRI)*; o *Greenhouse Gas Protocol Initiative – GHG Protocol*; Ademais, segundo Souza e Andrade (2017), Ziegler (2012) e Marcondes e Bacarji (2010) outras iniciativas, tais como os índices de sustentabilidade, também tem contribuído na indução de tendências no mercado financeiro com relação a implementação de práticas de sustentabilidade e gestão das mudanças climáticas, a exemplo dos índices *Carbon Efficient Index (CEI)*, *Dow Jones Sustainability Index (DJSI)* da Bolsa de Nova York e *FTSE4good – Londres Index*.

Já no Brasil, as IECs foram criadas a partir de 2015, cujas principais instituições que fazem parte são: O Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social/Fórum Clima; a Rede Brasileira do Pacto Global Criado; o *CDP* Brasil; o Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS); Programa Brasileiro *GHG Protocol*; a Plataforma Empresarial Empresas pelo Clima (EPC) juntamente com o Sistema de Comércio de Emissões da EPC; a Bolsa Verde do Rio de Janeiro – BVRio; e a Coalizão Brasil Clima, Florestas e Agricultura. Ademais, a Brasil, Bolsa, Balcão (B3) dispõe de dois índices de sustentabilidade que dentre outros objetivos induzem a gestão das

emissões de carbono nas empresas e a gestão e implementação de práticas de sustentabilidade. São ele: o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) e o Índice Carbono Eficiente (ICO2) (Souza; Andrade, 2017; Souza, 2016).

No bojo do engajamento de ações em torno da transição para uma economia de baixo carbono estar a coalização *We Mean Business*, da qual participam instituição e empresas globais pertencentes às IECs. A coalização, que apoia as IECs, mobiliza organizações em torno das oportunidades de negócios advindas da transição para uma economia de baixo carbono. Destaca-se que até janeiro de 2018, participavam da coalização mais de 650 empresas - que juntas respondiam até então por um faturamento bruto de mais de 8 trilhões de dólares; mais de 180 investidores - responsáveis pela gestão de aproximadamente 21 trilhões de dólares em ativos; além de constar mais de 1.100 compromissos assumidos (BSR; CDP; CERES, et al. 2018a; 2018b; CEBDS, 2018a).

Sabe-se que participar de tais iniciativas, a exemplo do *CDP*, índices de sustentabilidade, dentre outras, requer, na maioria das vezes, investimento em mudança de processos internos e práticas de gestão, reposicionamento estratégico e estrutura organizacional. Então, qual o interesse das organizações em participarem destas iniciativas? Quem tem interesse? Agrega valor aos acionistas e investidores? Considerando que estas perguntas não foram respondidas, tem-se como questão central de investigação: Por que empresas participam de Iniciativas Empresariais em Clima (IECs) no Brasil? Assim sendo, o objetivo desta pesquisa foi investigar as razões determinantes, do ponto de vista do gestor, para a empresa participar de IECs no Brasil.

A teoria da legitimidade é usada como uma lente para identificar se a decisão de uma empresa participar de IECs pode ser compreendida como estratégia de legitimidade. Essa teoria é derivada do conceito de legitimidade organizacional, que tem sido definida como: uma condição ou situação que existe quando o sistema de valor de uma entidade é congruente com o sistema de valores da sociedade que a entidade faz parte (O'Donovan, 2002).

Na concepção da teoria da legitimidade as empresas atuam dentro de uma sociedade e, portanto, existe uma espécie de contrato social entre as organizações e a sociedade em que atuam, representando um conjunto de expectativas implícitas ou explícitas de seus membros a respeito da forma como elas devem atuar (Dias Filho, 2007). Gray *et al.* (1995) sugerem que os requisitos legais fornecem os termos explícitos do contrato, enquanto os que não estão legislados fornecem as expectativas da sociedade e incorporam os termos implícitos do contrato.

Nesse contexto, a legitimidade é uma percepção generalizada de que as ações de uma entidade são desejáveis ou apropriadas dentro de um sistema socialmente construído de normas, valores, crenças e definições (Suchman, 1995).

Uma das formas que as empresas têm buscado para alcançar legitimidade tem sido por meio da evidencição voluntária de informações socioambientais, uma vez que este tipo de informação se encontra alinhada com as preocupações da sociedade (Gray et al., 1993; Hopwood, 1983).

Cho e Patten (2006) afirmam que a evidencição socioambiental é uma ferramenta de legitimação para as empresas, e que, segundo Deegan e Blomquist (2006), pautado nas ideias de Dowling e Pfeffer (1975) e Lindblom (1994), as empresas ganham ou mantêm legitimidade por meio de incentivos na estratégia do uso da comunicação empresarial, incluindo além de informações financeiras, informações ambientais que servem como instrumento de legitimidade. Então, a decisão de uma empresa participar de IECs pode ser compreendida como estratégia de legitimidade?

Esta pesquisa se justifica por algumas razões. A primeira apresenta a opinião de 14 gestores de empresas pertencentes ao ICO2 sobre as razões determinantes para a empresa participar de IECs. A contribuição desta pesquisa fica mais evidente pelo fato poder comparar, não somente a opinião de 14 gestores de setores econômicos diferentes, mas eles se identificarem na fala do outro. Também com o resultado desta pesquisa foi possível realizar uma triangulação com as informações sobre IECs constantes nos relatórios de sustentabilidade das empresas pesquisadas. Portanto, os resultados desta investigação podem servir como base para a tomada de decisão dos dirigentes dos países, especialmente os órgãos reguladores no que diz respeito à legislação de mudanças climáticas. Também, os resultados contribuem para a tomada de decisões pelos diversos *stakeholders*, inclusive os investidores, gestores e as seguradoras.

Metodologia

Caracterização da Pesquisa

O objetivo geral da presente pesquisa foi investigar as razões determinantes, do ponto de vista do gestor, para uma empresa participar de IECs no Brasil. Para o alcance do objetivo proposto na presente pesquisa adotou-se uma abordagem qualitativa, visando identificar, conhecer e analisar as iniciativas empresariais das empresas participantes do ICO2, CDP e Programa Brasileiro *GHG Protocol* para enfrentamento das mudanças climáticas.

Quanto a finalidade, realizou-se uma pesquisa de natureza descritiva, com coleta de dados primários e secundários (que complementaram os primeiros), que visou observar fenômenos tal como se produzem em seu contexto natural para a posterior análise, proporcionando uma visão sobre o problema investigado. Cooper e Schindler (2006) afirmam que pesquisas desta natureza não só buscam descrever o fenômeno observado, mas também explicar o porquê e como este ocorre.

A investigação qualitativa permite avaliar conexões entre eventos e explorar as interpretações pessoais que os produzem, sendo adequado para estudar processos dentro de um contexto social construído. Moll *et al.*, (2006) afirmam que a pesquisa qualitativa deve ser adotada quando seu objeto visa obter descrições e explicações mais profundas sobre as percepções dos atores organizacionais acerca de como e por que determinadas práticas são utilizadas.

Estratégia Metodológica, Caracterização da População e Definição da Amostra

A população alvo da pesquisa consistiu por 29 empresas de capital aberto, com 31 ações negociadas na B3. Dentre as empresas, está a Vale com 2 papéis (ações) e o Bradesco também com 2 papéis (ações). As empresas que compuseram a população alvo estavam presentes na primeira carteira teórica do ICO2, vigente no primeiro quadrimestre do ano de 2014, e desde o lançamento da primeira carteira teórica (2011), até o ano de 2014, não tinham saído do índice.

Para a definição da amostra do estudo, levou-se em consideração critérios essenciais para o alcance do objetivo da pesquisa. Para que as empresas fossem incluídas na amostra precisavam participar, simultaneamente, do ICO2, CDP e do Programa Brasileiro *GHG Protocol*. Esse critério permitiu a coleta dos dados secundários necessários à execução da pesquisa.

No ICO2 foram obtidos os dados dos coeficientes de emissão/receita. No CDP foram coletados e analisados os questionários contendo as respostas sobre as estratégias empresariais para enfrentamento das mudanças climáticas. Já no Programa Brasileiro *GHG Protocol* os inventários de emissões das organizações. Para todas as empresas foram analisados os relatórios de sustentabilidade ou relatórios anuais e de sustentabilidade (apresentados conjuntamente).

Para a delimitação da amostra, as empresas precisavam atender, além dos critérios anteriormente descritos, ao critério de ter publicado, em algum momento do período de análise da pesquisa os(as) seguintes documentos/informações:

- Os Relatórios de sustentabilidade ou relatórios anuais e de sustentabilidade (apresentados conjuntamente).
- Inventários de emissões de GEE baixados por meio do Programa Brasileiro *GHG Protocol*.
- Questionários respondidos e publicados pelas empresas ao Programa do *CDP Investor Global*.
- Os coeficientes de emissão/receita, através da metodologia do ICO2 da B3, que mede a eficiência de carbono das empresas que participam desse índice.

Verificou-se que das 29 empresas presentes na carteira teórica do ICO2, até o momento de corte temporal da pesquisa, apenas 19 atenderam, de forma plena, os critérios estabelecidos para delimitação da amostra. Das 19 empresas presentes na amostra, 5 empresas não aceitaram realizar a entrevista, respondendo ao e-mail de contato negativamente ou não responderam aos contatos realizados por e-mail e por telefone.

A seguir, a partir da Tabela 1, estão apresentadas a relação das 14 empresas que compuseram a amostra, bem como, segmentos, e cargos dos gestores entrevistados, cujos nomes (das empresas e dos entrevistados) foram preservados para fins dessa pesquisa, sendo adotado nomes fictícios.

Tabela 1. Identificação das empresas, segmentos, entrevistados e cargo

Empresas	Segmento da Empresa	Entrevistados	Cargo/Função do Entrevistado
Empresa 1	Química/Petroquímica	Entrevistado da Empresa 1	Diretor de Sustentabilidade
Empresa 2	Telefonia Fixa	Entrevistado da Empresa 2	Analista de Sustentabilidade
Empresa 3	Mineração	Entrevistado da Empresa 3	Gerente de Nova Economia e Mudanças Climáticas
Empresa 4	Exploração e Concessão de Rodovias	Entrevistado da Empresa 4	Gestor de Meio Ambiente e Desapropriação
Empresa 5	Intermediários Financeiros (Bancos)	Entrevistado da Empresa 5	Analista de Sustentabilidade
Empresa 6	Intermediários Financeiros (Bancos)	Entrevistado da Empresa 6	Gerente de Sustentabilidade
Empresa 7	Intermediários Financeiros (Bancos)	Entrevistado da Empresa 7	Diretor Executivo de Sustentabilidade
Empresa 8	Serviços Financeiros Diversos/Bolsa de Valores	Entrevistado da Empresa 8	Diretora de Sustentabilidade
Empresa 9	Carne e Derivados (Alimentos processados)	Entrevistado da Empresa 9	Especialista em Sustentabilidade e Gestão Climática
Empresa 10	Têxteis, vestuários e calçados (Comércio)	Entrevistado da Empresa 10	Analista de Gestão Ambiental
Empresa 11	Produtos de Limpeza/uso pessoal (hig. pessoal, est.)	Entrevistado da Empresa 11	Analista de Sustentabilidade
Empresa 12	Intermediários Financeiros (Bancos)	Entrevistado da Empresa 12	Analista de Sustentabilidade / Reponsabilidade Socioambiental
Empresa 13	Papel e Celulose (Madeira e Papel)	Entrevistado da Empresa 13	Gestão de Sustentabilidade e Comunicação
Empresa 14	Telefonia Móvel	Entrevistado da Empresa 14	Gerente de Responsabilidade Social Corporativa

Procedimento para levantar e analisar os dados primários e secundários

A análise dos dados é a atividade de examinar, categorizar, classificar, testar e recombinar as evidências. No Brasil, a publicação dos documentos que compuseram as fontes de consultas dos dados secundários, já destacados anteriormente não é obrigatória. Não existem exigências legais quanto ao conteúdo divulgado, seja ligado às práticas de sustentabilidade, seja ligado às estratégias e ações para enfrentamento das mudanças climáticas. Assim, nem sempre se consegue obter as informações por meio dos referidos documentos. Nesse sentido, utilizou-se a técnica de entrevistas, por meio de roteiros de pesquisas semiestruturados.

Para a realização das entrevistas, foram utilizadas estratégias distintas, quais sejam: entrevista presencial, entrevista através de videoconferência e através de contato telefônico, com exceção da Empresa 14 que só aceitou responder às questões por meio de e-mail.

Os entrevistados foram selecionados de forma cuidadosa, atendendo ao critério de pertencerem à área de gestão de sustentabilidade corporativa das empresas. Além disso, todos os entrevistados receberam, com antecedência, o roteiro da entrevista, que nortearam as conversas. No primeiro contato foi enviada uma carta padrão, com os propósitos da pesquisa e o compromisso ético de confidencialidade, acompanhada do roteiro prévio das perguntas, para análise dos entrevistados. Destaca-se que todas as entrevistas, com exceção da Empresa 14, foram registradas por meio de gravação com autorização prévia dos entrevistados, transcritas pelo próprio pesquisador e enviadas para a validação por parte dos entrevistados de cada empresa para que pudessem ser utilizadas como um documento nos resultados da pesquisa.

Ao longo do processo de coleta dos dados, alguns princípios foram observados, conforme defende Bardin (2011) e Minayo (2006). O primeiro deles é a (i) pré-análise - fase de organização e sistematização das ideias, em que ocorre a escolha dos documentos a serem analisados, a retomada das hipóteses e dos objetivos iniciais da pesquisa em relação ao material coletado, e a elaboração de indicadores que nortearão a interpretação dos resultados.

Para fins de coleta dos dados da presente pesquisa, questões norteadoras foram formuladas a partir de variáveis identificadas na revisão de literatura, bem como, a partir das análises dos dados secundários coletados e tratados antes das entrevistas. A análise prévia, dos dados secundários, para a realização das entrevistas, contribuiu para que fossem levados questionamentos ainda não evidenciadas através dos documentos publicados, como também permitiu realizar triangulações nas análises. Ademais, contribuiu, também, para que questões fossem customizadas para cada organização, pois o nível de informações disponível por meio das fontes secundárias variou tanto em quantidade quanto em conteúdo, sendo necessário otimizar, assim, as entrevistas.

A partir da Tabela 2, apresentada mais a frente, é possível verificar as questões que foram utilizados para nortear a coleta dos dados da pesquisa.

Segundo Bardin, (2011) e Minayo (2006) no que se refere ao segundo princípio de coleta dos dados, a exploração do material (ii), consiste na fase de codificação dos dados brutos do material, visando alcançar o núcleo de compreensão do texto. A codificação envolve procedimentos de recorte, contagem, classificação, desconto ou enumeração em função dos objetivos previamente formuladas. Assim, para esta etapa, tanto na análise dos dados secundários, como também dos dados primários, adotou-se a técnica de análise de conteúdo, conforme definida por Bardin (2011).

Tabela 2. Questões norteadoras das entrevistas semiestruturadas

Nº	Questões	Nº	Questões
1	Quais as IECs e iniciativas de sustentabilidade, criadas pelo mercado, a empresa participa?	9	A organização utiliza os <i>feedbacks</i> decorrentes da participação nessas iniciativas para melhorias internas? Como esses <i>feedbacks</i> são utilizados na gestão interna?
2	Quais os instrumentos de <i>carbon disclosure</i> adotados pela empresa para a divulgação de suas práticas e estratégias para enfrentamento das mudanças climáticas?	10	O ingresso nessas iniciativas provocou algum impacto na gestão corporativa interna e/ou oportunidades de melhorias na gestão corporativa? Quais mudanças foram realizadas a partir dessas iniciativas?
3	Quais as motivações/fatores que levam a empresa a participar de Iniciativas Empresariais em Clima (IECs)?	11	A organização divulga as suas estratégias para enfrentamento das mudanças climáticas? Quais as motivações? A ausência de divulgação sobre a gestão das mudanças climáticas pode impactar a organização? De que forma?
4	Quais os reflexos/contribuições das IECs nas práticas de gestão da empresa e no desempenho corporativo?	12	A empresa considera que o ingresso em IECs contribuem para ganhos de reputação, transparência e legitimidade? De que forma e quais os ganhos relacionados?
5	O que motiva a participação da empresa em iniciativa como o <i>CDP</i> , o Programa Brasileiro <i>GHG Protocol</i> , bem como em Índices de Sustentabilidade tais como o <i>ICO2</i> , <i>ISE</i> e outras iniciativas?	13	A empresa considera que o ingresso em IECs impacta no Desempenho Econômico-Financeiro da Empresa? A empresa acredita que há relação entre a participação nos índices de sustentabilidade e o desempenho das ações da empresa?
6	A empresa considera que ao ingressar nessas iniciativas há geração de valor para a companhia? Que tipo de valor é adicionado para a empresa?	14	Como a participação nessas iniciativas se inserem nas estratégias corporativas da empresa? E quanto a participação nessa iniciativa está contribuindo ou impactando os resultados corporativos que foram alcançados a partir de outras iniciativas anteriormente implementada?
7	Que variáveis internas e externas podem contribuir para a geração e adição de valor na empresa?	15	Na visão da empresa, os <i>stakeholders</i> valorizam a participação da empresa em IECs? De que forma?
8	Quais os ganhos para a corporação em participar em iniciativas como o <i>CDP</i> , o Programa Brasileiro <i>GHG Protocol</i> , bem como em Índices de Sustentabilidade tais como o <i>ICO2</i> , <i>ISE</i> ?	16	Que <i>stakeholders</i> a empresa pretende satisfazer com essa iniciativa? Por que? Qual a importância para a empresa em participar dessa iniciativa?

Em relação aos dados secundários, para que os documentos fossem analisados, utilizou-se a estratégia de pesquisa por palavras-chave em português e em inglês (para os documentos em inglês) definidas pelo autor da tese, a partir da revisão teórica, relacionadas às mudanças climáticas. Essas palavras foram utilizadas para nortear a leitura dos documentos a partir dos quais foram extraídos os dados secundários. A partir da técnica de pesquisa por palavras-chave, procedeu-se à leitura de trechos, frases dos documentos com o objetivo de coletar as informações e dados necessários ao complemento dos dados primários. Esses dados foram tabulados através de planilha do Microsoft Excel.

No processo de tabulação, categorias de análises foram utilizadas, em linhas com as questões norteadoras, para a organização e estruturação das informações constantes nos documentos analisados, visando refinar os dados para a utilização na análise dos resultados (Miles e Huberman, 1994; Vieira et al., 2009; Cerejo, 2011).

Por fim, aplicou-se o princípio de (iii) tratamento dos resultados e interpretação, proposto por Bardin (2011) e Minayo (2006). Nessa fase, os dados brutos foram tratados e, de posse dessas informações, inferências e interpretações foram propostas de acordo com o aparato teórico e os objetivos propostos.

Análise dos Resultados

A seguir são apresentados os resultados de acordo com a ordem das questões norteadoras formuladas para fins dessa pesquisa e descritas na Tabela 2.

Níveis de Evidenciações das Empresas por Instrumentos de Disclosure

Analisando os níveis de evidenciação de sentenças relacionadas às mudanças climáticas, de acordo com os instrumentos de *disclosure* analisados nesta pesquisa, quais sejam: os relatórios de sustentabilidade ou relatórios anuais de administração, questionários do *CDP* e os inventários de emissões, verificou-se que as palavras-chave mais evidenciadas pelas organizações: mudanças climáticas com 2.330 citações, seguida de Riscos associados às mudanças climáticas com 2.097 citações e Carbono com 880 citações.

Destacam-se que essas sentenças foram as mais citadas no questionário anual de Investidores Institucionais sobre estratégias empresariais às mudanças climáticas do *CDP*, evidenciando a importância e, ao mesmo tempo, confirmando a liderança do *CDP* nas questões relacionadas às mudanças climáticas, principalmente, por ser a IEC que detém e administra o maior banco de dados de estratégias empresariais às mudanças climáticas do mundo (Farias, 2013; Pinkse e Kolk, 2009).

Observou-se ainda, que 72% (6.775 citações) das palavras evidenciadas foram observadas no *CDP*, 22% (2.066) nos relatórios anuais e de sustentabilidade e 6% (564) nos Inventários de Emissões - que por sua vez é específico para mensurar, registrar e divulgar os GEE emitidos pelas empresas. Com exceção dos relatórios de sustentabilidade, que no ano de 2013 teve o maior número de citações das palavras pesquisadas (759), tanto nos inventários de emissões quanto nos questionários do *CDP* o maior volume de informações foi publicado pelas empresas no ano de 2014 sinalizando uma evolução acerca da temática mudanças climáticas nas empresas conforme observadas também na pesquisa de Cruz (2015). Os níveis de evidenciações no período podem ser observados a partir da Tabela 3.

Tabela 3. Níveis de Evidenciação das empresas de sentenças relacionadas às mudanças climáticas por instrumento de *disclosure*

CONSOLIDADO DE EVIDENCIAÇÃO	TOTAL CONSOLIDADO	RELATÓRIO ANUAL E DE SUSTENTABILIDADE					INVENTÁRIO DE EMISSÕES DE GEE (PROG. BRASL. GHG PROT.)					QUESTIONÁRIO DO CARBON DISCLOSURE PROJECT - CDP				
		PERÍODO			TOTAL	%	PERÍODO			TOTAL	%	PERÍODO			TOTAL	%
		Publicado em 2012, ano base 2011	Publicado em 2013, ano base 2012	Publicado em 2014, ano base 2013			Publicado em 2012, ano base 2011	Publicado em 2013, ano base 2012	Publicado em 2014, ano base 2013			Publicado em 2012, ano base 2011	Publicado em 2013, ano base 2012	Publicado em 2014, ano base 2013		
Mudanças Climáticas / <i>Climate Change</i>	2330	187	192	193	572	24,5%	9	23	29	61	2,6%	459	589	649	1697	72,83%
Riscos Climáticos (Risco das Mudanças Climáticas) / <i>Risk (Climate Risk - Regulatory risks, physical, other Risks)</i>	2097	17	33	21	71	3,4%	2	2	3	7	0,3%	512	656	851	2019	96,28%
Carbono / <i>Carbon</i>	880	57	75	49	181	20,6%	16	22	45	83	9,4%	130	225	261	616	70,00%
Emissões de Gases de Efeito Estufa / <i>Greenhouse Gases (GHG) Emissions (GHG Emissions)</i>	623	68	79	64	211	33,9%	15	20	29	64	10,3%	117	100	131	348	55,86%
Inventário de Emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) / <i>Greenhouse Gas Emissions (GHG) Inventory</i>	546	24	34	44	102	18,7%	7	15	37	59	10,8%	122	140	123	385	70,51%
Programa Brasileiro GHG Protocol / <i>Brazilian GHG Protocol Program</i>	366	25	28	31	84	23,0%	9	18	41	68	18,6%	65	68	81	214	58,47%
Economia de Baixo Carbono / <i>Low Carbon Economy</i>	309	21	13	20	54	17,5%	1	6	6	13	4,2%	55	74	113	242	78,32%
Carbon Disclosure Project (CDP)	273	43	86	74	203	74,4%	2	3	15	20	7,3%	8	23	19	50	18,32%
Crédito de Carbono / <i>Carbon Credit</i>	222	27	35	25	87	39,2%	0	1	2	3	1,4%	28	48	56	132	59,46%
Ações de Adaptação às mudanças climáticas / <i>Adaptation actions to climate change</i>	220	17	19	15	51	23,2%	1	6	4	11	5,0%	44	56	58	158	71,82%
Ações de Mitigação das mudanças climáticas / <i>Mitigation actions of climate change</i>	212	15	24	16	55	25,9%	3	6	8	17	8,0%	35	49	56	140	66,04%
Redução de Emissão de Carbono / <i>Carbon Emission Reduction (Reduce GHG Emissions)</i>	211	38	11	10	59	28,0%	6	12	11	29	13,7%	26	45	52	123	58,29%
GHG Protocol / <i>GHG Protocol</i>	206	13	26	16	55	26,7%	12	9	14	35	17,0%	30	36	50	116	56,31%
Energia Renovável / <i>Renewable Energy</i>	199	8	19	21	48	24,1%	1	0	9	10	5,0%	41	40	60	141	70,85%
Projetos de Redução de Emissões (MDL, entre outros) / <i>Emission Reduction Projects (CDM, etc.)</i>	161	12	8	11	31	19,3%	9	9	9	27	16,8%	37	37	29	103	63,98%
Índice Carbono Eficiente (ICO2) / <i>Carbon Efficient Index (CEI2)</i>	148	32	37	25	94	63,5%	1	2	1	4	2,7%	12	18	20	50	33,78%
Mercado de Carbono / <i>Carbon Market</i>	141	4	11	8	23	16,3%	0	0	1	1	0,7%	38	41	38	117	82,98%
Gestão de Carbono / <i>Carbon Management (Management of greenhouse gases)</i>	96	12	16	12	40	41,7%	0	1	1	2	2,1%	18	18	18	54	56,25%
Aquecimento Global / <i>Global Warming</i>	64	13	9	9	31	48,4%	2	1	2	5	7,8%	9	12	7	28	43,75%
Protocolo de Quioto / <i>Kyoto Protocol</i>	62	1	3	3	7	11,3%	12	14	14	40	64,5%	6	4	5	15	24,19%
Troca (Substituição) de Combustível Fóssil / <i>Fossil fuel Exchange (substitution of fossil fuels)</i>	30	1	1	3	5	16,7%	1	2	2	5	16,7%	9	4	7	20	66,67%
Redução Certificada de Emissão / <i>Certified Emission Reduction (CER, RCE)</i>	9	0	0	2	2	22,2%	0	0	0	0	0,0%	2	4	1	7	77,78%
TOTAL	9405	635	759	672	2066	22%	109	172	283	564	6%	1803	2287	2685	6775	72%
%	100%	31%	37%	33%	100%	22%	19%	30%	50%	100%	6%	27%	34%	40%	100%	72%

No que se refere aos níveis de evidenciação por empresa, observou-se, que as empresas que mais evidenciaram conteúdos relacionados às mudanças climáticas foram as Empresas 3 (1.681 citações), 2 (1.000 citações) e 5 (1.100 citações). Dentre as temáticas mais evidenciadas por estas empresas, estão: Para a Empresa 3, a palavra Mudanças Climáticas recebe 407 citações, enquanto que as palavras-chave Carbono e Riscos Climáticos receberam, cada, 354 e 233 citações, respectivamente. Já em relação a Empresa 2, a temática mais evidenciada foi Riscos Climáticos com 367 citações, Mudanças Climáticas com 283 citações e Carbono que recebeu 85 citações. No que se refere a Empresa 5, observou-se que Riscos Climáticos foi a sentença mais evidenciada com 414 citações, seguida de Mudanças Climáticas com 337 citações e Economia de Baixo Carbono com 60 citações).

Cabe destacar ainda que quando observado as evidenciações de acordo com o setor, verificou-se que enquanto para a Empresa 3 a temática mais evidenciada foi a de Mudanças Climáticas, em face da exposição de suas atividades aos riscos desse fenômeno, para a Empresa 5, cujas atividades têm pouca exposição ao fenômeno, a temática mais evidenciada foi riscos climáticos, em face da sensibilidade de sua atividade principal, que envolve a concessão de crédito no mercado, aos possíveis problemas enfrentados por seus clientes, sobretudo, as empresas que atuam no setor de agricultura.

Em contraponto aos achados da pesquisa de Lu e Abeysekera (2014), pode-se observar que as empresas brasileiras que mais evidenciaram, nesta pesquisa, sobre temáticas ligadas às mudanças climáticas não estão necessariamente ligadas ao setor industrial, variando entre os setores estudados, dentre os quais o setor financeiro, o setor de mineração e telecomunicações. Ressalta-se ainda, que todas as empresas são de grande porte, não podendo inferir que o tamanho influenciou na evidenciação das informações, conforme tentaram analisar algumas pesquisas, tais como as de Oliveira (2014) (que não identificou relação entre o tamanho e os níveis de evidenciação) e as pesquisas de Lu e Abeysekera, 2014; Deegan, Rankin e Tobin (2002) que identificaram relação entre o tamanho da empresa e os níveis de evidenciação.

No que se refere aos instrumentos de *carbon disclosure*, as empresas evidenciaram que o principal instrumento utilizado é o *CDP*, destinado aos investidores institucionais, utilizado para reporte das estratégias empresariais para enfrentamento das mudanças climáticas. Além do *CDP*, outros instrumentos utilizados pelas empresas e considerados de grande relevância para a prática do *carbon disclosure* foram os inventários de emissões, elaborados no âmbito do Programa Brasileiro *GHG Protocol*, e os índices *ICO2* e o *ISE*.

A Tabela 4, a seguir, apresenta os níveis de evidenciação das empresas por sentenças relacionados com as mudanças climáticas no período.

Tabela 4. Níveis de Evidenciação das empresas por sentenças relacionados com as mudanças climáticas

Empresas Conteúdos Evidenciados - Níveis de Evidenciação por Palavras Chave	Empresas														TOTAL
	Empresa 1	Empresa 2	Empresa 3	Empresa 4	Empresa 5	Empresa 6	Empresa 7	Empresa 8	Empresa 9	Empresa 10	Empresa 11	Empresa 12	Empresa 13	Empresa 14	
Mudanças Climáticas / <i>Climate Change</i>	174	283	407	107	337	137	117	167	134	43	71	184	49	120	2330
Riscos Climáticos (Risco das Mudanças Climáticas) / <i>Risk (Climate Risk - Regulatory risks, physical, other Risks)</i>	140	367	233	75	414	116	53	189	125	17	42	171	43	112	2097
Carbono / <i>Carbon</i>	116	85	354	8	10	56	26	27	31	6	122	11	21	7	880
Emissões de Gases de Efeito Estufa / <i>Greenhouse Gases (GHG) Emissions (GHG Emissions)</i>	37	32	127	74	51	15	38	25	54	28	31	41	28	42	623
Inventário de Emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) / <i>Greenhouse Gas Emissions (GHG) Inventory</i>	40	30	120	18	16	18	28	30	50	41	29	75	9	42	546
Programa Brasileiro GHG Protocol / <i>Brazilian GHG Protocol Program</i>	27	11	15	36	10	19	69	25	20	25	22	42	31	14	366
Economia de Baixo Carbono / <i>Low Carbon Economy</i>	25	49	32	17	60	32	24	15	12	3	15	12	2	11	309
Carbon Disclosure Project (CDP)	58	0	25	5	13	30	14	19	19	12	0	48	4	26	273
Crédito de Carbono / <i>Carbon Credit</i>	16	8	20	3	36	42	14	29	11	1	26	13	1	2	222
Ações de Adaptação às mudanças climáticas / <i>Adaptation actions to climate change</i>	29	27	53	7	29	16	29	1	6	2	3	8	2	8	220
Ações de Mitigação das mudanças climáticas / <i>Mitigation actions of climate change</i>	27	12	32	17	28	11	15	10	20	15	10	8	2	5	212
Redução de Emissão de Carbono / <i>Carbon Emission Reduction (Reduce GHG Emissions)</i>	8	13	83	5	14	9	18	2	13	7	13	10	7	9	211
GHG Protocol / <i>GHG Protocol</i>	19	14	14	11	22	40	4	5	13	5	29	9	9	12	206
Energia Renovável / <i>Renewable Energy</i>	5	39	44	4	23	41	12	3	3	3	8	8	3	3	199
Projetos de Redução de Emissões (MDL, entre outros) / <i>Emission Reduction Projects (CDM, etc.)</i>	3	6	60	2	2	7	4	13	34	3	18	5	3	1	161
Índice Carbono Eficiente (ICO2) / <i>Carbon Efficient Index (CEI2)</i>	14	0	2	4	2	7	11	41	17	11	3	15	1	20	148
Mercado de Carbono / <i>Carbon Market</i>	13	8	13	0	4	27	10	55	6	0	2	3	0	0	141
Gestão de Carbono / <i>Carbon Management (Management of greenhouse gases)</i>	11	8	29	0	19	0	8	3	5	0	0	5	0	8	96
Aquecimento Global / <i>Global Warming</i>	11	2	8	1	7	4	13	1	0	4	3	6	1	3	64
Protocolo de Quioto / <i>Kyoto Protocol</i>	4	5	3	2	3	4	4	14	3	3	4	7	3	3	62
Troca (Substituição) de Combustível Fóssil / <i>Fossil fuel Exchange (substitution of fossil fuels)</i>	3	1	7	6	0	3	3	0	1	0	0	2	4	0	30
Redução Certificada de Emissão / <i>Certified Emission Reduction (CER, RCE)</i>	0	0	0	2	0	2	0	5	0	0	0	0	0	0	9
TOTAL	780	1000	1681	404	1100	636	514	679	577	229	451	683	223	448	9405
%	8,29%	10,63%	17,87%	4,30%	11,70%	6,76%	5,47%	7,22%	6,14%	2,43%	4,80%	7,26%	2,37%	4,76%	100,00%

Participação das Empresas em Iniciativas Empresariais em Clima (IECs)

A participação das organizações em IECs, tanto internacionais quanto nacionais, visa reportar as práticas de gestão acerca das questões ambientais e mudanças climáticas e melhorar a transparência corporativa, além de buscar a redução da percepção do risco empresarial pelos investidores.

Verificou-se na presente pesquisa que os gestores Entrevistados acreditam que quando a empresa participa de IECs, obriga a uma reflexão sobre as práticas de gestão de risco climático e, conseqüentemente, contribui para a mesma buscar inovações e estratégias para enfrentamento das mudanças climáticas, além de engajar-se na formulação de políticas públicas.

De acordo com Reis Júnior (2012), participar de iniciativas de sustentabilidade contribui para a indução de práticas e plano de ações internos. Em âmbito internacional, observou-se que as empresas evidenciaram participar de um conjunto de IECs. No que se refere a preocupação com a gestão das emissões de GEE corporativas, verificou-se que todas as empresas evidenciaram adotar as diretrizes da iniciativa do *GHG Protocol* como um instrumento de gestão para contabilizar as suas emissões de GEE utilizando as metodologias desse padrão internacional.

A aplicação das metodologias do programa *GHG Protocol* contempla tanto atividades desenvolvidas pelas empresas dos setores indústrias, comércio e serviço, quanto atividades vinculadas ao setor público (Souza, 2016). Ademais, a metodologia desse programa contempla três escopos das emissões, quais sejam: Escopo 1 (emissões diretas), Escopo 2 (emissões decorrentes do consumo de energia e Escopo 3 (emissões indiretas – que dentre outros objetivos, induz a gestão das emissões da cadeia de suprimento corporativa) (Pinkse e Kolk, 2009; *GHG Protocol*, 2014).

Através da Tabela 5, apresentada mais a frente, é possível verificar as IECs, internacionais, que as empresas evidenciaram participar e/ou implementar ações a partir destas.

No que se refere ao *GRI*, que tem reconhecimento internacional (Stanny e Ely, 2008) observou-se, que todas as 14 empresas evidenciaram adotar os padrões de relatórios de administração e de sustentabilidade a partir das diretrizes dessa iniciativa. Esses relatórios, segundo Eugênio, Lourenço e Morais (2013) além de serem compatíveis com as práticas de transparência e governança corporativa das empresas, desempenham um papel, também, de mecanismo de comunicação com os *stakeholders* internos e externos às organizações.

Já em relação ao *CDP*, trata-se de uma iniciativa que induz a gestão das mudanças climáticas nas empresas e foi constituída a partir do mercado. Essa IEC é composta por 5 programas, dentre os quais destacam-se o *climate change reports* – no qual todas as empresas evidenciaram reportar,

anualmente, as suas estratégias às mudanças climáticas nas dimensões Gestão, Riscos e Oportunidades e Emissões de GEE.

Já com relação ao programa *supply chain* – que consiste no programa que induz o gerenciamento das emissões da cadeia de suprimento, apenas as Empresas 1, 3, 9, 13 e 14 evidenciaram participar desse programa. Destaca-se Matthews, Hendrickson e Weber (2008) que quanto maior a extensão dessa cadeia, maior a complexidade de gestão, o que demanda das empresas ações estratégicas que permitam a elas gerenciarem esses processos.

No que se refere aos demais programas do *CDP*, verificou-se que no *Carbon Action* apenas 7% das empresas participavam e 36% das organizações possuíam atividades no Programa *Forests e Water*. Observou-se que todos os Entrevistados evidenciaram que há uma aproximação da iniciativa *Carbon Action* com a iniciativa *climate change reports*, o que pode explicar a não participação e respostas aos questionários anuais da maioria das empresas.

As empresas evidenciaram, também, que já estiveram ranqueadas no índice *DJSI*, tanto no Global (93%) quanto da carteira que ranqueia, especificamente, empresas de mercados emergentes (100%). Ainda nesse sentido, 86% evidenciaram já terem participado da carteira do índice *CEI*; 64% divulgaram já terem desenvolvido e/ou atuado em atividades no âmbito do mercado de carbono; 43% evidenciaram acompanhar as discussões sobre a governança climática através das *COPs*; 93% participam do Pacto Global – que induz nas corporações a cultura de assumirem compromissos voluntários, dentre eles os associados aos direitos humanos e meio ambiente; e 57% atuam em ações oriundas da IEC *WBCSD*.

Já em âmbito nacional, observou-se, que as empresas evidenciaram participar das seguintes IECs, conforme Tabela 6. Observou-se que todas as empresas evidenciaram participar e/ou desenvolver ações a partir da iniciativa do Programa Brasileiro *GHG Protocol* (no qual elaboram e publicam os seus inventários de emissões), *CDP Brasil* (que induz a evidenciação das estratégias de mudanças climáticas no país) e da carteira teórica do *ICO2/B3* (que induz a gestão das mudanças climáticas nas empresas brasileiras). No que se refere a participação das organizações na IEC *CEBDS*, verificou-se que 57% das empresas evidenciaram participar dessa iniciativa que promove fóruns de discussões sobre o clima; e 29%, aproximadamente, evidenciaram participar Fórum Clima - (Instituto Ethos) – que promove debates sobre mudanças climáticas e políticas públicas.

Já em relação a Plataforma *EPC*, 79% das organizações participavam dessa iniciativa que discute os riscos e oportunidades decorrentes das mudanças climáticas; e 50% evidenciaram participar do mercado simulado de carbono, que comercializa créditos de carbono sob o regime de *cap-and-trade*.

Tabela 5. Iniciativas Empresariais em Clima (IECs) e participação das empresas em âmbito internaciona

Iniciativas Empresas	GHG Protocol	GRI	Climate change reports	Programas do CDP				Carbon Market	Índice DJSI		Índice CEI	COPs/ UNFCCC	Global Compact	WBCSD	TOTAL
				Supply chain	Carbon action	Forests	Water		Global	Emerging Markets					
Empresa 6	X	X	X	-	X	X	-	X	X	X	X	-	X	X	11
Empresa 9	X	X	X	X	-	X	X	X	X	X	X	X	-	-	11
Empresa 13	X	X	X	X	-	X	X	X	X	X	X	-	X	-	11
Empresa 11	X	X	X	-	-	X	X	X	X	X	X	-	X	X	11
Empresa 3	X	X	X	X	-	-	X	X	X	X	X	-	X	X	11
Empresa 12	X	X	X	-	-	-	-	X	X	X	X	X	X	X	10
Empresa 1	X	X	X	X	-	-	X	X	-	X	-	X	X	X	10
Empresa 7	X	X	X	-	-	-	-	-	X	X	X	X	X	X	9
Empresa 5	X	X	X	-	-	-	-	X	X	X	X	-	X	X	9
Empresa 8	X	X	X	-	-	-	-	X	X	X	X	X	X	-	9
Empresa 14	X	X	X	X	-	-	-	-	X	X	X	-	X	X	9
Empresa 2	X	X	X	-	-	-	-	-	X	X	X	X	X	-	9
Empresa 4	X	X	X	-	-	-	-	-	X	X	X	-	X	-	7
Empresa 10	X	X	X	-	-	X	-	-	X	X	-	-	X	-	7
TOTAL	14	14	14	5	1	5	5	9	13	14	12	6	13	8	-

Tabela 6. Iniciativas Empresariais em Clima (IECs) e participação das empresas em âmbito nacional

Iniciativas Empresas	Programa Brasileiro GHG Protocol	CEBDS	Fórum Clima - (Instituto Ethos)	Plataforma EPC	Sistema de Comércio de Emissões da EPC	Prêmio Época de Mudanças Climáticas/ Prêmio Época Empresa Verde	Coalizão Brasil Clima, Floresta e Agricultura	CDP Brasil	Rede Brasileira do Pacto Global	ISE/B3	ICO2/B3	TOTAL
Empresa 11	X	X	X	X	-	X	X	X	X	X	X	10
Empresa 3	X	X	X	X	X	X	-	X	X	X	X	10
Empresa 7	X	X	-	X	X	X	-	X	X	X	X	9
Empresa 12	X	X	X	X	-	X	-	X	X	X	X	9
Empresa 5	X	X	-	X	X	X	-	X	X	X	X	9
Empresa 6	X	X	X	-	-	X	-	X	X	X	X	8
Empresa 1	X	X	-	X	X	-	-	X	X	X	X	8
Empresa 4	X	-	-	X	X	X	-	X	X	X	X	8
Empresa 13	X	-	-	X	X	-	X	X	X	X	X	8
Empresa 2	X	-	-	X	X	X	-	X	X	X	X	8
Empresa 14	X	X	-	X	-	-	-	X	X	X	X	7
Empresa 8	X	-	-	X	-	-	-	X	X	-	X	5
Empresa 10	X	-	-	-	-	-	-	X	X	X	X	5
Empresa 9	X	-	-	-	-	-	-	X	-	-	X	3
TOTAL	14	8	4	11	7	8	2	14	13	12	14	-

O mercado simulado de carbono foi fruto de uma parceria entre a plataforma EPC com a Bolsa Verde do Rio de Janeiro (BVRio). Conhecido como Sistema de Comércio de Emissões, funciona nos moldes de um mercado de carbono *cap-and-trade*, contudo de caráter voluntário. O objetivo dessa iniciativa é incentivar e preparar as empresas brasileiras para um eventual ambiente de comércio de emissões no país.

Verificou-se ainda que 57% das empresas já foram premiadas pela Revista Época que reconhece, anualmente, as melhores práticas de gestão ambiental e gestão das mudanças climáticas; 93%, assim como em âmbito global, também atuam em iniciativas da Rede do Pacto Global no Brasil, através do Comitê Brasileiro do Pacto Global (CBPG); e 86% já integraram e/ou integram a carteira teórica do ISE/B3 - que demanda o reporte de informações sobre suas práticas de gestão, governança corporativa, questões sociais, desempenho econômico e ambiental, e mudanças climáticas. Ademais, apenas 14% participam das iniciativas da Coalizão Brasil Clima, Floresta e Agricultura que atua em conjunto com outras instituições no engajamento junto aos formuladores de políticas públicas.

Análise dos Casos

Para fins desta pesquisa e com o objetivo de sistematizar a apresentação das análises das empresas entrevistadas, foram destacados alguns trechos das Entrevistas, de acordo com a empresa, conforme Tabela 7, com o propósito de realizar as análises e discussões.

Conforme apresentando na Tabela 7, observam-se que todos os Entrevistados reconhecem a importância de participar de IECs, em função das seguintes fatores: desafio imposto pela conjuntura climática de transição para uma economia de baixo carbono; de uma tendência de mercado; posicionamento estratégico da empresa; de uma oportunidade de gestão dos riscos corporativos e de geração de valor para os investidores e da melhoria de processos internos.

A inserção das empresas nas iniciativas, associa-se à importância que iniciativa tem em cada setor de atividade, bem como, de que forma pode ajudar a melhorar o entendimento sobre a temática e da gestão das emissões (ex. Programa *GHG Protocol*, *ICO2*), como também por possibilitar uma reflexão acerca da gestão interna, inserção e integração da temática na estratégica corporativa (ex. CDP, ISE). Além disso, constitui-se em uma oportunidade de melhoria que contribuam para mensurar e gerenciar o desempenho ambiental corporativo.

De acordo com os Entrevistados há geração indireta de valor para as empresas ao participarem de IECs. Contudo, Lemme (2010) ressalta que é de difícil mensuração a associação entre a participação nas iniciativas e a geração do ganho. Dessa forma, os Entrevistados evidenciaram que nesse processo os fundamentos da gestão são de fundamental importância na geração de valor e contempla boas práticas de governança corporativa, de sustentabilidade, transparências e as estratégias corporativas.

Tabela 7. Síntese das entrevistas destacadas para fins de análise na pesquisa

Entrevistados	Trechos Destacados das Entrevistas
Entrevistado da Empresa 1	<p>[...] desde o ingresso no <i>CDP</i>, a companhia buscou identificar oportunidades de melhorias a partir das demandas, que contribuíssem para um melhor conhecimento da gestão da sustentabilidade corporativa, o que foi possível alcançar, não só no aspecto da gestão interna, como também na relação com os <i>stakeholders</i>, visto que houve melhoria na transparência das informações (Comunicação Pessoal, 2014).</p> <p>[...] Um ganho importante para a Empresa 1 tem sido [...] a melhoria da reputação da companhia..., que vem sendo medida através do <i>CDP</i>. [...] a maioria das empresas que tem boas práticas de carbono, também tem boas práticas de sustentabilidade, também tem boas práticas de reputação, também tem boas práticas de inovação e tecnologia e tudo se alimenta positivamente. No geral quem tem boas práticas também tem os melhores resultados. E se a gestão está bem, como um todo, há uma correlação positiva (Comunicação Pessoal, 2014).</p>
Entrevistado da Empresa 2	<p>[...] Quanto mais iniciativas participar, melhor, pois a empresa pode mostrar como está em relação as práticas de responsabilidade socioambiental e de sustentabilidade. Além disso, a empresa entende que quando ingressa em iniciativas como estas (<i>CDP</i>, <i>ISE</i>, <i>ICO</i>, <i>GHG Protocol</i>) cria-se desafios para o ano seguinte, a criação de iniciativas internas e avanços na discussão (Comunicação Pessoal, 2014).</p> <p>[...] no dia em que a Empresa 2 saiu do <i>ISE</i> as ações se desvalorizaram e um dos fatores considerados pela empresa, segundo alguns acionistas e o pessoal que acompanham o mercado, foi a saída do <i>ISE</i>. Talvez se a saída fosse do <i>ICO2</i> a empresa não teria maiores impactos no valor das ações. Com o retorno ao <i>ISE</i>, hoje os investidores têm a completa noção do quanto é importante estar nele. [...] quando você cria um comitê para atender a uma demanda de um índice e um plano de estratégia com base no <i>ISE</i>, significa que essa iniciativa é muito estratégica para a empresa, [...] pois a empresa reconhece que é gerado um desafio e que ao mesmo tempo é possível avaliar em que posição a empresa se encontra, o seu desempenho e o que está afetando a companhia (Comunicação Pessoal, 2014).</p> <p>[...] As empresas se movem muito mais em relação as práticas de sustentabilidade e melhorias internas, olhando o <i>ISE</i> do que o <i>ICO2</i>. A Empresa 2 define anualmente o que deve melhorar para o ano seguinte no <i>ISE</i>. Não é porque o <i>ICO2</i> é inferior, mas é porque o <i>ISE</i> engloba tudo, inclusive emissões (Comunicação Pessoal, 2014).</p>
Entrevistado da Empresa 3	<p>A empresa vem acompanhando as iniciativas de mercado de carbono. No entanto, a maior vantagem do crédito de carbono de projetos de Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (<i>MDL</i>) é a credibilidade internacional associada ao processo da <i>ONU</i>. No entanto, para a empresa, o mais importante é comprovar um projeto de redução de emissão do que vender o crédito. Principalmente porque a empresa possui meta de redução de emissão e precisa se esforçar para alcançá-la (Comunicação Pessoal, 2014).</p>
Entrevistado da Empresa 4	<p>Quando a Empresa 4 decidiu abrir o capital, foi a primeira empresa no Novo Mercado da <i>B3</i>, que envolve uma série de questões de governança, de transparência e questões ambientais. A empresa começou a participar de todas as iniciativas dessa natureza justamente para demonstrar a transparência. Além disso, o <i>CDP</i> é uma <i>ONG</i> de investidores do mundo todo. [...] grande parte das ações da Empresa 4, que foram para o mercado, foram vendidas tanto nos <i>EUA</i> quanto na <i>Europa</i>. As informações ambientais da empresa têm sido muito demandadas pelos investidores e o <i>CDP</i> foi uma oportunidade de ter esse relacionamento (Comunicação Pessoal, 2014).</p> <p>A saída da Empresa 4 do <i>ISE</i> [...] provocou algumas mudanças. A gestão não tinha entendido o porquê da saída, em um primeiro momento. Mas na realidade o que aconteceu foi que a “régua” do <i>ISE</i> subiu. Ou seja, o que vinha sendo praticado pela Empresa 4 estava aquém da nova “régua”. Houve uma análise interna e verificou-se que a companhia não atendia mais as exigências do <i>ISE</i> naquele momento. Para alcançar esse novo patamar foi desenvolvido o projeto de sustentabilidade para atacar as principais externalidades, como melhorar, por exemplo, a questão das mudanças climáticas que na época que a Empresa 4 saiu não existia ainda no <i>ISE</i> como dimensão específica. Assim, a empresa foi melhorando e a cada <i>feedback</i> da iniciativa são analisadas as oportunidades de melhorias e o desempenho em relação à média visando definir para onde a empresa quer chegar (Comunicação Pessoal, 2014).</p>

Tabela 7. Síntese das entrevistas destacadas para fins de análise na pesquisa (continuação)

Entrevistados	Trechos Destacados das Entrevistas
Entrevistado da Empresa 5	[...] as oportunidades de melhorias apontadas a partir do <i>CDP</i> , <i>ISE</i> , <i>ICO2</i> , dentre outras, ajudam na construção de estratégias, definidas no âmbito da Governança de Sustentabilidade, que vão influenciar na construção de plano de ação interno (Comunicação pessoal, 2014).
Entrevistado da Empresa 6	A Empresa 6 já atuou como intermediário na comercialização de créditos de carbono em projetos de MDL, como por exemplo o projeto de MDL do Aterro Bandeirantes, situado na cidade de São Paulo. [...] a participação do setor financeiro no mercado de carbono, enquanto intermediário financeiro, tem sido reduzida tendo em vista que [...] o mercado de carbono hoje é pouco relevante para os negócios, porque com o retrocesso da economia, todo mundo emitiu menos, não gerando necessidade de compensação pelas empresas (Comunicação Pessoal, 2014).
Entrevistado da Empresa 7	A participação da empresa nessas iniciativas reflete a preocupação [...] com o tema e com a sua atuação empresarial. [...] Entender que os se os problemas climáticos não forem adequadamente tratados poderão apresentar uma ameaça... Então a empresa entende essa conexão como uma forma também de se posicionar em relação ao tema, de fomentar debates e iniciativas relacionadas a questão. [...] Não diria que o <i>CDP</i> em específico impactou em mudanças internas, mas o conjunto das iniciativas e práticas de gestão da empresa. O conjunto das iniciativas, internas e externas, leva a mudanças de posicionamentos.
Entrevistado da Empresa 8	[...] o <i>ICO2</i> nasceu com a finalidade de propor uma agenda específica da gestão dos GEEs para as empresas. A criação tanto do <i>ISE</i> quanto do <i>ICO2</i> [...] vem da essência da empresa, enquanto indutora de mercado e participante dele. As motivações para participar dessas iniciativas podem ser resumidas nos seguintes fatores: implementa a agenda de sustentabilidade no mercado de Bolsa de Valores; é um possível atrativo de investidor; a companhia quer estimular as empresas listadas na mesma linha (Comunicação Pessoal, 2014). [...] participar de um índice de sustentabilidade hoje é uma agenda mandatória e a Empresa 8 compreende que há ganhos que vão desde a imagem até ganho concreto de possível maior alocação de capital na empresa por conta de participar desses índices (Comunicação Pessoal, 2014).
Entrevistado da Empresa 9	[...] a Empresa 9 não buscaria continuamente melhorar o seu <i>disclosure</i> , não estaria no <i>GHG Protocol</i> , não estaria no <i>GRI</i> , não estaria no <i>CDP</i> que exigem uma grande quantidade de tempo da sua equipe interna, caso não gerassem valor. Com certeza gera valor para os <i>stakeholders</i> , pois cada vez mais as empresas são exigidas a terem essa transparência e relatar temas relevantes (Comunicação Pessoal, 2014).
Entrevistado da Empresa 10	A companhia trata o <i>feedback</i> do <i>CDP</i> com muita importância, pois [...] são elaborados por pessoas, analistas, especialistas no assunto, e podem ser utilizados para melhorar ainda mais a gestão da empresa. [...] uma das contribuições significativas do <i>CDP</i> para a empresa foi o <i>feedback</i> do ano de 2010, que serviu de base para a formulação da Política de Sustentabilidade (Comunicação Pessoal, 2014).
Entrevistado da Empresa 11	[...] a evolução da empresa na temática ambiental e climática [...] vem acontecendo como uma reestruturação interna para melhor atender as demandas internas e externas e possuir um maior sinergismo entre os temas prioritários. [...] não é a participação em uma iniciativa “a” ou “b” que vai gerar valor para a companhia, mais o conjunto de iniciativas, tanto de mercado, quanto interna, que vai atrair os investidores, visto que consideram em suas decisões fundamentos que vão desde as práticas e evidências concretas dessas práticas, ao nível de transparência e engajamento da empresa no mercado (Comunicação Pessoal, 2014)
Entrevistado da Empresa 12	[...] o <i>CDP</i> e outras iniciativas têm a função, positiva, de apresentar a demanda de mercado, ou seja, aquilo que foi considerado uma tendência pelos formuladores. O tema mudanças climáticas se tornou algo relevante. No começo era encarado como uma possibilidade. Atualmente, ele se provou, em muito pouco tempo, algo certo, e que deve ser gerenciado pelas empresas que têm compromisso com a continuidade do negócio. [...] ao ingressar nessas iniciativas espera-se ter um bom desempenho, ser reconhecido como uma empresa que tem melhor performance em sustentabilidade, agregando valor de mercado a companhia e cancelando todo o trabalho que é conduzido pela organização para melhorar a sua gestão (Comunicação Pessoal, 2014).
Entrevistado da Empresa 13	[...] a transição para uma economia de baixo carbono tem gerado desafios e tendências que devem ser incorporadas pelas organizações e estarem alinhadas com as estratégias de médio e longo prazo (Comunicação Pessoal, 2014).
Entrevistado da Empresa 14	“[...] as práticas de sustentabilidade e as IECs contribuem para um ganho reputacional (Comunicação pessoal, 2014)”.

No geral, os Entrevistados relataram que embora não se possa fazer uma associação direta entre participar de IECs e a geração de valor, já que há muita subjetividade e dificuldade na mensuração, destacaram que não estar ou sair dessas iniciativas podem impactar negativamente na imagem corporativa e nas suas ações negociadas na bolsa.

Do ponto de vista do impactos das IECs na gestão interna, os Entrevistados destacaram as iniciativas ISE e o *CDP* como sendo as que provocam mais reflexões sobre os processos internos, cujos resultados, fruto dos questionários preenchidos pelas empresas e avaliados pelas iniciativas, contribuem na formulação de planos de melhorias internos, melhorar e controlar as suas práticas de gestão, além da possibilidade a comparação dos seus resultados com outras empresas em termos de transparência e desempenho.

Em face do exposto, as IECs, em particular o *CDP* e o *ISE* funcionam como uma ferramenta de diagnósticos que permitem contribuir na elaboração de planos de ações a partir dos *feedbacks* dessas iniciativas. Também contribuem para o ganho de reputação, geração de valor para os investidores e possibilidade de redução de custos nos processos. Sendo assim, não se pode ignorar que a decisão de participar de tais iniciativas pode ter relação com a preocupação da empresa com sua legitimidade (Gray et al., 1993; Hopwood, 1983; Pinkse e Kolk, 2009). A legitimidade que o *CDP* tem no mercado contribui para a redução da percepção do risco empresarial, já que os pedidos são decorrentes dos próprios investidores (Pinkse e Kolk, 2009; Farias, 2013). Ademais, segundo Cotter e Najah (2011), por ser uma iniciativa cujas demandas partem de investidores institucionais, os níveis de *disclosure* das companhias podem ser influenciados.

Em relação ao *ISE*, verificou-se que os esse índice gera demandas que contribuem para melhoramento de processos internos e de práticas de gestão das empresas. Não obstante, o *ISE*, assim como outros índices de sustentabilidade, é utilizado no mercado como métrica de desempenho para avaliar a *performance* ambiental corporativa, o que segundo Ziegler (2012) ocorre em função da ausência de indicadores robustos que cumpra essa função.

Já no que se refere ao índice *ICO2*, segundo os Entrevistados, o mesmo não provocou alteração na gestão interna das empresas. Além disso, segundo os Entrevistados, o *ICO2* não apresenta *feedbacks* relacionados a pontos de melhorias como fazem o *CDP* e o *ISE*. Contudo, há de se considerar as mudanças que ocorrem na empresa quando ela é excluída de uma iniciativa da sustentabilidade a exemplo dos índices, conforme destacaram os Entrevistados na Tabela 8. A evidenciação da participação em índices de sustentabilidade, segundo Finch (2005) e Ziegler (2012) reflete uma preocupação com os riscos em face de critérios cada vez mais rígidos dos investidores e acionistas na aplicação de seus recursos.

Em relação a participação no Programa Brasileiro *GHG Protocol*, os Entrevistados evidenciaram que a principal motivação para participarem dessa iniciativa é a necessidade de melhorar a compreensão da temática, melhorar a mensuração, registro, evidenciação das emissões de GEE. Embora a tendência seja a de que as empresas que estejam em países com restrições de emissões adotem mais a prática de gestão das emissões em cumprimento das leis locais (Pinkse e Kolk, 2009), observou-se, através dessa pesquisa que a gestão das emissões não é uma prática exclusiva de empresas que participam de esquemas de emissões e/ou atuam em mercados com restrições regulatórias. Trata-se, também, de uma estratégia empresarial visando monitorar os impactos empresariais, como também gerenciar riscos e oportunidades decorrentes das mudanças climáticas, seja da empresa ou da sua cadeia de suprimento (Fuchs, 2008).

Em relação às IECs como o Pacto Global, *GRI*, *WRI*, *WBCSD*, Fórum Clima do Instituto Ethos, Plataforma EPC, Coalizão Brasil Clima, Floresta e Agricultura, dentre outras, os Entrevistados relataram que a participação contribui para o debate sobre a temática, criam tendências no mercado e contribuem para o engajamento empresarial na formulação de políticas públicas e redução dos riscos regulatórios.

Diante do exposto, observou-se que há uma preocupação por parte das empresas em acompanhar as tendências do mercado, gerenciar as demandas advindas da conjuntura dos riscos climáticos, em face dos efeitos que podem gerar sobre os resultados corporativos. Particularmente, há uma preocupação identificadas nos relatos dos Entrevistados e nos relatórios das organizações investigadas em dar transparências das suas práticas de gestão para os seus *stakeholders*, particularmente, investidores e acionistas, de modo a reduzir as pressões externa.

Conclusão

A presente pesquisa objetivou investigar as razões determinantes, do ponto de vista do gestor, para uma empresa participar de Iniciativas Empresariais em Clima (IECs) no Brasil. Realizou-se uma pesquisa de natureza descritiva, que visou observar fenômenos tal como se produzem em seu contexto natural para a posterior análise, proporcionando uma visão sobre o problema investigado. Como instrumento de coleta de dados utilizou-se a entrevista semiestruturada.

Em relação aos níveis de *disclosure*, observou-se que as palavras-chave mais evidenciada pelas companhias foram mudanças climáticas com 2.330 citações, seguida de Riscos associados às mudanças climáticas com 2.097 citações e Carbono com 880 citações. No tocante ao número de iniciativas internacionais que as empresas evidenciaram participar, observou-se que as Organizações 3, 6, 9, 11 e 13 foram as que mais evidenciaram participar, ficando cada uma com 13 iniciativas. Já em âmbito nacional, as Empresas que mais evidenciaram as iniciativas das quais participam foram a 11 e 3, cada uma com 10 iniciativas e as empresas 7 e 12 cada uma com 9 iniciativas.

A partir dos resultados verificados, pode-se concluir que dentre as principais motivações para participação das organizações em IECs, estão: a utilização das IECs como mecanismos de *disclosure* das práticas de sustentabilidade e gestão das mudanças climáticas para os investidores; melhoria da transparência, reputação e legitimidade; redução da percepção do risco empresarial por parte dos investidores; melhoria das práticas internas de gestão e acompanhamento das tendências de mercado, em face dos desafios trazidos para a transição para uma economia de baixo carbono.

A partir das falas dos Entrevistados é possível concluir que a principal iniciativa para enfrentamento das mudanças climáticas destacada pelas empresas é o *CDP*, considerado como um instrumento de gestão, principal instrumento de *disclosure* sobre a gestão das mudanças climáticas e como uma iniciativa que provoca mudanças e reflexões nos processos internos corporativos. Uma outra iniciativa considerada pelas empresas como instrumento de gestão, de destaque em âmbito nacional, foi o ISE, pois as empresas consideram que esse índice provoca reflexões sobre as práticas de sustentabilidade e induz melhorias de processos internos da gestão.

Em relação ao *CDP* e aos índices de sustentabilidade, particularmente o ISE, as empresas evidenciaram também que os utilizaram como indicadores para mensuração dos níveis de transparência e *performance*, bem como de ganho reputacional. As organizações evidenciaram também, como motivação para participar do *CDP*, dos índices de sustentabilidade (ICO2 e o ISE) e do Programa Brasileiro *GHG Protocol*, a preocupação com a transparência de suas práticas, como também em função de que a ausência de *disclosure* sobre as mudanças climáticas, diante da conjuntura atual, poderá afetar a imagem corporativa, gerar perdas de valor, legitimidade, e aumentar a percepção do risco empresarial.

Já em relação ao ICO2, todas as empresas, de forma unânime, relataram que o mesmo não provocou mudanças e/ou reflexões internas e sinalizaram a necessidade de melhorias nos critérios de inclusão de empresas nessa iniciativa, que hoje é baseado no volume de negociações das ações, tendo como parâmetro, apenas, as ações das empresas que estão no índice IBrX-50, ou seja, as ações que estão dentre as 50 mais negociadas na B3.

Como recomendações de pesquisas futuras, sugere-se a realização de estudos de casos para comparar as iniciativas empresariais para enfrentamento das mudanças climáticas entre empresas que pertencem ao IBrX-50 com as empresas que pertencem ao ICO2, a realização de pesquisa de campo para verificar *in loco* as iniciativas empresariais para enfrentamento das mudanças climáticas, como também incluir as percepções de outros agentes tais como analistas de mercado, administradoras de ativos, agentes do governo, como também outros membros de IECs.

Referências

- Abranches, S. (2010) Agenda climática, sustentabilidade e desafio competitivo. In: Zylbersztajn, D., Lins, C. (Org.), *Sustentabilidade e Geração de valor: A transição para o século XXI*, Rio de Janeiro: Elsevier, 15-37.
- Bardin, L. (2011) *Análise de conteúdo*, Lisboa: Edições 70, 223pp.
- Cooper, D.R., Schindler, P. S. (2006) *Business research methods*. 9 ed. Nova York: McGraw Hill-Irwin, 720 pp.
- Buosi, M.E.S. (2014) *Estudo de Correlação e Causalidade entre o Desempenho Financeiro e de Eficiência no Combate às Emissões de Gases de Efeito Estufa das Empresas do Mercado de Capitais Brasileiro*. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Economia e Administração, Universidade de São Paulo, São Paulo, 110 pp.
- BSR, Business for Social Responsibility, CDP, Disclosure Insight Action, CERES, *Coalition for Environmentally Responsible Economies*, The B Team, The Climate Group, CLG, The Prince of Wales's Corporate Leaders Group. (2018a) *Accelerating Low – Carbon Transition*. Acesso em: 16 janeiro de 2018, disponível em: <https://www.wemeanbusinesscoalition.org/>
- _____. (2018b) *We Mean Business: Take Action*. Acesso em: 16 de janeiro de 2018, disponível em: <https://www.wemeanbusinesscoalition.org/>
- Cho, D., Patten, D. (2007) The role of environmental disclosures as a tool of legitimacy; a research note. *Accounting, Organizations and Society*, **32**(7/8), 639-647.
- CEBDS, Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável. (2018a) *Iniciativa Empresarial em Clima*. Acesso em: 16 de janeiro de 2018, disponível em: <http://cebds.org/projetos/iniciativa-empresariais-em-clima-iec/#.Wl4x7JLR9dh>
- _____. (2018b) *We Mean Business*. Acesso em: 16 de janeiro de 2018, disponível em: <http://cebds.org/projetos/we-mean-business/#.Wl8-JZLR9dg>
- Deegan, C., Blomquist, C. (2006) Stakeholder influence on corporate reporting: An exploration of the interaction between WWF-Australia and the Australian minerals industry. *Accounting, Organizations and Society*, **31**(4/5), 343-372.
- Dias Filho, J.M. (2007) Políticas de Evidenciação Contábil: Um Estudo do Poder Preditivo e Explicativo da Teoria da Legitimidade, *XXXI EnANPAD*, Rio de Janeiro-RJ, Brasil.
- Farias, L.G. Q.de. (2013) *Estratégias de Legitimidade de Suchman Evidenciadas pelas Empresas Brasileiras Destinárias do Pedido do Carbon Disclosure Project (CDP)*. 2013. 207 f. Tese (Doutorado) – Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador.
- Finch, N. (2005) The Emergence of CSR and Sustainability Indices. In: *Social Science Reseach Network*. Acesso em: 29 de dezembro de 2014. Disponível em: http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=902201
- Fuchs, P.R. (2008) *Estratégias Climáticas das Empresas Brasileiras: Investigação nos setores de Papel e Celulose e Automotivo com Base em Benchmarks Internacionais*. Dissertação (Mestrado) - (Programa de Pós-Graduação em Administração). PUC-Rio, Rio de Janeiro. 174 pp.
- Eugénio, T.P., Lourenço, I.C., Morais, A.I. (2013) Sustainability strategies of the company TimorL: extending the applicability of legitimacy theory. *Management of Environmental Quality: An International Journal*, **24**(5), 570-582.
- Dowling, J., Pfeffer, J. (1975) Organizational legitimacy: social values and organizational behaviour. *Pacific Sociological Review* **18**(1), 122-137.
- Giddens, A. (2010) *A política da mudança climática*, Rio de Janeiro: Zahar, 316 pp.
- (GRI) Global Reporting Initiative. (2014) *About GRI*. Acesso em 11 de novembro de 2014. Disponível em: <https://www.globalreporting.org/information/about-gri/Pages/default.aspx>
- Gray, R., Kouhy, R., Lavers, S. (1995) Methodological themes: constructing a research database of social and environmental reporting by UK companies. *Accounting, Auditing and accountability Journal*, **8**(2), 78-101.
- Gray, R., Bebbington, J., Paul, D. (1993) *Accounting for the environment*, Chapman Publishing: London.
- Hoffman, A.J., Woody, J.G. (2008a) *Climate change: what's your business strategy?* (Memo to the CEO). Cambridge, MA: Harvard Business School Press.
- _____. (2008b) *Mudanças Climáticas: Desafios e Oportunidades Empresariais*. Rio de Janeiro: Elsevier.

- Hopwood, A.G. (1983) On trying to study accounting in the contexts in which it operates, *Accounting, Organizations and Society*, **8**(2/3), 287-305.
- Kim, Y. (2008) Corporate Responses to Climate Change: The Resource-Based View, *Institute for Economy and the Environment*, Acesso em 01 de novembro de 2014, disponível em: http://backup.oikos-international.org/fileadmin/oikos-international/international/oikos_PhD_summer_academy/Papers_2008/Kim_Paper.pdf
- Labatt, S., White, R. R. (2007) *Carbon Finance: the financial implications of Climate Change*, John Wiley & Sons, Inc., Hoboken, New Jersey, 263 pp.
- Lemme, C.F. (2010) O valor gerado pela sustentabilidade corporativa. In: Zylbersztajn, D.; Lins, C. (Org.). *Sustentabilidade e Geração de valor: a transição para o século XXI*. Rio de Janeiro: Elsevier, 37-64.
- Lindblom, C. (1993) The implications of organizational legitimacy for corporate social performance and disclosure, *Paper Presented at the Critical Perspectives on Accounting Conference*, 1-26.
- Lu, Y., Abeysekera, I. (2014) Stakeholders' power, corporate characteristics, and social and environmental disclosure: evidence from China. *Journal Cleaner Production*, **64**, 426-436.
- Marcondes, A.W., Bacarji, C.D. (2010) *ISE: sustentabilidade no mercado de capitais*. 1. ed. São Paulo: Report, 172p.
- Matthews, H.S., Hendrickson, C.T., Weber, C.L. (2008) The Importance of Carbon Footprint Estimation Boundaries. *Environmental Science & Technology*, **42**(16), p. 5839-5842.
- Minayo, M.C. (2006) *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 9. ed. São Paulo: Hucitec, 406 pp.
- Moll, J., Major, M., Hoque, Z. (2006) The Qualitative Research Tradition. In: Hoque, Z. *Methodological issues in accounting research: theories, methods and issues*. London: Spiramus Press, 98-375.
- Nachmany, M., Fankhauser, S., Davidová, J., Kingsmill, N., Landesman, T., Roppongi, H., Schleifer, P., Setzer, J., Sharman, A., Stolle Singleton, C., Sundaresan, J., Townshend, T. (2015) *The Global Climate Legislation Study: A review of climate change legislation in 99 countries*. 5a. ed. Acesso em 14 de outubro de 2016, disponível em: http://www.lse.ac.uk/GranthamInstitute/wp-content/uploads/2015/05/Global_climate_legislation_study_20151.pdf
- O'Donovan, G. (2002) Environmental disclosures in the annual report: extending the applicability and predictive power of legitimacy theory. *Accounting, Auditing and Accountability Journal* **15** (3), 344-371.
- Oliveira, N.C. (2014) Nível de Divulgação Ambiental e preço das ações: o nível de divulgação ambiental positiva está relacionado ao retorno anormal das ações das empresas brasileiras listadas na BM&FBOVESPA? 2014. Dissertação (Mestrado) – Faculdade Contabilidade, Universidade Federal da Bahia, Salvador.
- Pinkse, J., Kolk, A. (2009) *International Business and Global Climate Change*. 1. ed. New York: Routledge, 195 pp.
- Reis Júnior, J. A. (2012) *Análise da Potencialidade do mercado de projetos de crédito de carbono no Brasil*. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, 95 pp.
- Souza, A.L.R. de. (2016) *Empresas participantes do Índice Carbono Eficiente (ICO2) - BM&FBOVESPA: iniciativas empresariais em clima e retorno e sensibilidade das ações ao risco de mercado*. 407 f. il. Tese (Doutorado) – Escola Politécnica, Universidade Federal da Bahia, Salvador.
- Souza, A.L.R.; Andrade, J. C. S. (2017) Iniciativas Empresariais em Clima (IECs) no Mundo e no Brasil: Uma Análise das Empresas Brasileiras Participantes do Índice Carbono Eficiente (ICO2) - BM&FBOVESPA. In: José Henrique Porto Silveira. (Eds.), *Sustentabilidade e Responsabilidade Social*. 1ed. Belo Horizonte (MG): Poisson, **7**, 198-246.
- Suchman, M. (1995) Managing legitimacy: strategic and institutional approaches. *The Academy of Management Review*. **20**(3), 571-610.
- UNFCCC, United Nations Framework Convention On Climate Change. (2015) *Adoption of the Paris Agreement*, Acesso em 17 de dezembro de 2015, disponível em: <http://unfccc.int/resource/docs/2015/cop21/eng/I09.pdf>
- Ziegler, A. (2012) Is it Beneficial to be Included in a Sustainability Stock Index? A Panel Data Study for European Firms. *Environ Resource Econ*, **52**, 301-325.